

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 106.^a Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)

Realizada em 12 de Julho de 1971 — (Segunda-Feira)

Presidência do sr. deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes, os srs. deputados: Domicio Scaramella, Antônio Maciel, David Federmann, Gilberto Carvalho, João Fadel, Paulo Camargo, Santos Lima e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n. 46-71, do senhor Governador do Estado, no qual acusa o recebimento e agradece o ofício expedido por este Poder, pelo qual foi encaminhado cópia autêntica de requerimento de autoria do senhor deputado Benedito Pinto Dias. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 138-71, do senhor Governador do Estado, prestando esclarecimentos a requerimento do senhor deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 139-71, do senhor Governador do Estado, prestando informações ao requerimento do senhor deputado José Muggiatti Filho. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 141-71, do senhor Governador do Estado, encaminhando cópia de informação prestada pelo Diretor da Superintendência do Ensino Superior, em atenção ao requerimento formulado pelo senhor deputado Domicio Scaramella. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 143-71, do senhor Governador do Estado, prestando informações ao requerimento do senhor deputado Nivaldo Krüger. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 148-71, do senhor Governador do Estado, prestando informações ao requerimento do senhor deputado Domicio Scaramella. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 149-71, do senhor Governador do Estado, encaminhando cópia de informações prestadas pela Secretaria de Educação e Cultura, em atenção ao requerimento do senhor deputado Mauricio Fruet. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 150-71, do senhor Governador do Estado, encaminhando cópia de informação prestada pelo Departamento de Educação, da Secretaria de Educação e Cultura, em atenção à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, relativa aos Projetos de Lei n. 187-70 e 250-70. — Ao conhecimento

da Comissão interessada.

Sob o n. 547-71, do senhor Carlos A. Meissner Osório, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, prestando informações a requerimento do senhor deputado Mauricio Fruet. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 216, do senhor José Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, prestando esclarecimento a requerimento do senhor deputado Domicio Scaramella. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 7-71, do senhor João Batista Bueno, presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Poder Legislativo Municipal, durante o biênio 1.971-72. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do senhor doutor Darby Valente, presidente da Sociedade Evangélica Beneficente da Assembléia de Deus, comunicando a eleição de sua primeira Diretoria, em Francisco Beltrão. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 53-71, da senhora Dora Lucia de Lima, presidente do Lar da Acadêmica de Curitiba, comunicando haver sido eleita a nova Diretoria daquela Entidade, para a gestão de 1.971-72. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 1083, do senhor Arturo Andreoli, presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — prestando esclarecimentos a requerimento do senhor deputado Nivaldo Krüger. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Saul Hedefonso de Azevedo, subchefe do Gabinete do Presidente do Banco do Brasil S.A., prestando informações a requerimento de iniciativa dos senhores deputados Sebastião Rodrigues e Benedito Pinto Dias. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

OFICIO:

**ASSOCIAÇÃO DOS FISCAIS E INSPETORES DE PREVIDENCIA
DO PARANÁ — AFIPPA
CURITIBA-PARANÁ**

III CONVENÇÃO NACIONAL DA ANFIP

Curitiba, 8 de julho de 1971.

Of. 47-71.

Senhor Presidente:

A Associação Nacional dos Fiscais e Inspetores de Previdência (ANFIP) fará realizar, nesta Capital, sua III Convenção Nacional, cujo encerramento dar-se-á na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, às 20 horas do dia 21 do corrente mês de julho.

A presença de V. Exa. na Sessão de Encerramento constituirá o motivo de estímulo ao prosseguimento da luta em que este Órgão se empenha, visando ao aperfeiçoamento da formação profissional, com o objetivo de melhor servir à Administração Pública.

Atenciosas Saudações

(aa) **Wilson da Silva Cardoso**

Coordenador Geral da III Convenção Nacional da ANFIP

Moacyr Piazzeta

Presidente

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a inserção na Ata dos trabalhos de hoje de voto de regozijo e congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, enviando-se ao seu ilustre Presidente, Rubens Sabóia Mendes, bem como aos seus companheiros de Diretoria, os cumprimentos do Poder Legislativo. Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(a) **Lázaro Dumont**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apêlo ao excelentíssimo senhor doutor Plínio Ferreira da Costa, digníssimo presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR), no sentido de que o mesmo determine estudos para a implantação do serviço telefônico do município de Mandirituba.

Esta solicitação prende-se ao fato de que, limitando-se com Curitiba, o município de Mandirituba não possui, até agora, este meio de comunicação, apesar de ali estarem sediadas dezenas de indústrias e um comércio florescente.

A implantação do referido serviço telefônico em Mandirituba, além de viável pelo seu aspecto econômico, trará, em contrapartida, uma aproximação com os órgãos de decisão locais.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, Requer, seja encaminhado ofício ao senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná

(TELEPAR), engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa, no sentido de que seja instalada linha telefônica na sede do município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que aquele progressista município de nosso Estado, ainda não tem implantado em sua sede este magnífico benefício que constitui uma rede telefônica, o que dificulta sobremaneira os meios de comunicação do município de Céu Azul, com outras partes do Estado, entravando de certa forma, o desenvolvimento mais acelerado daquela região.

Conhecedores que somos, do espírito dinâmico, e, da nova política implantada no setor de telecomunicações em nosso Estado, através, de Sua Excelência o senhor engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa, é que, nos propusemos a apresentar este requerimento à apreciação de nossos nobres Pares, confiando que a direção daquela Companhia, saberá acolher esta solicitação, que é do povo daquela importante comuna do Oeste do Paraná.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 142-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através do L.E.R., uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, respectivamente.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICAÇÃO:

A ponte cuja construção propomos teria, já nos dias atuais, importância singular. A diversificação e o volume da produção agrícola de Londrina e São Jerônimo por si sós já dizem, eloquentemente, o quanto a ponte referida facilitaria e tornaria menos oneroso o escoamento das safras.

Não bastasse isso, é de levar-se em consideração, também, a elevadíssima importância que assumirá essa ponte, tão logo concretizada a decidida disposição do atual Governo de ligar por asfalto as localidades de Mauá e Londrina. Isso feito, não apenas as comunas citadas, como as demais das cercanias, que compõem riquíssima e progressista região, teriam acesso rápido e fácil à fita asfáltica que carreará para os portos e centros consumidores toda a imensa e variada produção regional.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Já tivemos oportunidade de dizer, desta mesma tribuna, que o papel da oposição não é apenas o de criticar, não é apenas o de realizar uma fiscalização rigorosa nos atos do Poder Executivo. Não é apenas o de sugerir construtivamente para que este Poder realize e efetive obras tão necessárias para o desenvolvimento do nosso Estado. É também missão e até obrigação daqueles que compõem a Oposição em nosso Estado, de apoiar também ao sr. Governador e ao Poder Executivo quando o seu trabalho, quando a sua

obra vem efetivamente de encontro aos reclamos do povo paranaense. Por esse motivo venho à Tribuna na tarde de hoje para elogiar ao sr. Governador do Estado, tendo em vista a decisão tomada ontem na cidade de Colombo, quando autorizou a uma firma empreiteira a construção do trecho asfáltico ligando Curitiba a Colombo num total de 9 km e meio de extensão. Esta reivindicação data de há muito; os munícipes de Colombo reivindicam este melhoramento e, na realidade, ele é também imprescindível para o progresso daquela região e não é apenas Colombo que está sendo beneficiada com o asfaltamento de Curitiba até aquela cidade, porque na verdade, Colombo comercia cal, calcário com aproximadamente todos os municípios de nosso Estado, e o comércio será facilitado sobremaneira com este melhoramento, ao mesmo tempo em que dará condições para que aquele município expanda uma indústria ainda latente, mas que realmente possui ótimas condições para o seu aprimoramento. Nós nos referimos ao turismo, ali em Colombo ao lado de sua paisagem bucólica, numa região que foi colonizada pelos italianos, ao lado daquelas casas pitorescas e características, há um magnífico lago que circunda o município e está situado em Colombo, com as famosas grutas de Bacaetava, que, se bem exploradas turisticamente se receber o apoio das autoridades, temos certeza absoluta e convicção plena que se constituirá em mais um ponto de referência e uma fonte de recursos para o nosso Estado. Ahás, nesse sentido já tivemos oportunidade de encaminhar solicitação a Paranatur e a S. Exa. o sr. Governador para que S. Exa., dê condições de infra-estrutura para que se possa explorar turisticamente as maravilhas da gruta de Bacaetava. Portanto, fica aqui consignada em Ata a nossa manifestação em torno desta obra que julgamos do mais alto interesse para a nossa região, para o nosso Estado e temos a certeza que outras obras neste sentido serão realizadas por este Governo, não só as reivindicações, mas acima de tudo os reclamos de todo o povo paranaense, seja ele do partido do Governo, seja ele do partido da Oposição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

A exemplo do nobre deputado Maurício Fruet nós queremos também nos congratular não com o atual Governador do Estado, mas com o sr. Paulo Pimentel, que foi quem abriu concorrência pública e no seu Governo tomou todas as providências para que fôsse iniciado o asfaltamento Curitiba-Colombo. Apenas não houve a necessária Ordem de Serviço porque não havia tempo, o Governo Paulo Pimentel terminou em março e não houve tempo Sr. Presidente, pretendíamos falar longamente sobre a Mensagem Governamental que tomou o número 133-71, Projeto de Lei n. 133-71, que instituiu no Paraná a Fanepar todavia, como no Grande Expediente sou terceiro orador escrito, não há tempo no Pequeno Expediente, mas amanhã, quando for discutido o Substitutivo vamos discutir longamente uma Mensagem do sr. Governador que causa estranheza, principalmente no seu Artigo 3.º, inciso 1.º, quando determina que auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado sob a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos. Então esta Fundação vai ter a malhadade de realizar nos municípios e adquirir os equipamentos necessários.

No Parágrafo Único do Artigo 4.º, Inciso 8.º, autoriza a Fundação a realizar convênios com os municípios e entidades estrangeiras para a obtenção de recursos a serem aplicados nos municípios. Quando nós sabemos que estes empréstimos externos são obtidos através de leis deste Poder Legislativo, autorizando aos municípios e posteriormente é referendado pelo Senado Federal. A Fundação será administrada na forma do Estatuto por um Diretor ou Secretário Geral, por mais ninguém, nomeados pelo Governador do Esta-

do. Não tem Conselho Fiscal, não tem Tesoureiro, não tem Conselho Deliberativo, não tem nada, nada. Os dois homens poderosíssimos que vão manusear com verbas vultosíssimas, sem nenhum contróle. Diz ainda o Inciso 8.º do Artigo 6.º, que o Diretor da Fundação despachará diretamente com o Governador do Estado, o expediente da Fundação, anteriormente vinculada à Fundação à Secretaria de Estado. Ora, vejam os Srs. a incoerência da Assessoria Legislativa do Governador do Estado. Vincula a lei de uma Secretaria de Estado, e na própria Mensagem que pretende a criação da Fundação, determina que o Diretor daquela entidade despachará diretamente com o Governador, passando por cima do titular da Pasta a que está vinculado.

“O Estatuto da Fundação, será aprovado e reformado ao decreto, do Governador do Estado”. Quer dizer, é absolutamente inconstitucional.

Já disse aqui, na última sessão, do que representa isto para o Poder Legislativo, é o completo esvaziamento do Poder Legislativo em benefício de uma Fundação. Diz ainda o Artigo 3.º, que a Fundação encaminhará anualmente aos Poderes Executivo e Legislativo, relatório circunstanciado de suas atividades. Ora, como mera peça informativa, a Fundação não tem obrigação de prestar contas ao Poder Legislativo. Então vai acontecer no futuro o que acontece hoje, com a COPEL que gasta verbas vultosíssimas na sua manutenção. Quanto a COPEL gasta em passagens aéreas? Se fôr contar isto ao Paraná, a opinião pública ficará estarrecida. O luxo com que está instalado um hotel lá na Usina Mesquita Filho da COPEL. Quer dizer, obra do tempo dos Paraós. O que se gasta na COPEL é uma coisa absolutamente incrível e esta Casa não toma conhecimento, por que? Porque a Assembléia Legislativa, na época, não teve o necessário cuidado de determinar que a sua prestação de contas fôsse feita também ao Poder Legislativo. Esta Fundação também vai mandar aqui para esta Casa apenas como peça informativa, um relatório das suas atividades. Mas não vai dar a mínima “pelota” para este Poder Legislativo, apenas, encaminha o que fez, o que não fez, o que deixou de fazer. Não diz aonde gastou como gastou, se foi por concorrência pública, se não foi. Ainda tem um Artigo 14.º que eu não entendo, e acho que ninguém entende. Porque diz:

“São inerentes na Fundação enquanto couber, os privilégios da Fazenda Pública”. O que ninguém entende.

Elaborou um substitutivo que vem atender aos desejos do Governador, de criar uma entidade que preste reais serviços aos municípios, tais como, Legislação Municipal, atualizada; Organização Administrativa Municipal, Orçamento e Contabilidade Estadual, tramitação municipal, também devidamente entrosada com a tramitação estadual. É um planejamento local integrado, de grande importância para os municípios. A Mensagem do sr. Governador tem coisas excelentes para os municípios do Paraná. Tem artigos que realmente vão beneficiar às comunas paranaenses.

Já se fazia tempo de um governo transformar seu velho DATM inoperante, numa fundação que funcione; que tenha Conselho Fiscal, que tenha Conselho Deliberativo, que seja fiscalizada; que não fique apenas mandada por um homem só, que é um Diretor nomeado pelo sr. Governador do Estado. O que queremos é que funcione nos moldes da Fundepar, com Conselho que examine as despesas; que verifique das necessidades ou não da aplicação do dinheiro público.

Queremos que esta Casa amanhã possa dizer ao povo na rua, onde está sendo aplicado o dinheiro que é recolhido do povo, através dos impostos.

Nós soubemos, infelizmente, através da liderança do Governo, que o sr. Governador do Estado não vai admitir emendas na sua Mensagem. Mas, será o fim da picada; será o fim da picada, um Governo de Estado não quer fiscalização nos dinheiros públicos. Eu não entendo e ninguém vai entender no Paraná, por que o sr. Governador do Estado não quer que se fiscalize a nova Fundação que terá determinação global e específica no Orça-

mento Geral do Estado. Não sabemos quanto, pode ser até um terço do Orçamento.

Meu tempo já terminou, muito obrigado sr. Presidente, srs. Deputados. Mas, amanhã, estarei inscrito no Grande Expediente e vou examinar artigo por artigo, a Mensagem Governamental e provar à Casa que será o completo esvaziamento do Poder Legislativo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queremos focalizar aqui um privilégio que continua em vigor no Paraná com relação aos "estacionamentos privativos".

O DETRAN do Paraná continua permitindo o estacionamento privativo no nosso Estado, contrariando dispositivo do Conselho Nacional de Trânsito, que cassou este privilégio, acabando no Brasil, com aquelas famosas placas colocadas nas vias públicas: "Estacionamento Privativo", onde só poderiam parar os veículos de uma determinada repartição pública, ou de alguma firma comercial. Se um banco, um hotel resolvesse colocar na via pública, uma tabuleta "Estacionamento Privativo", ali só seria estacionado veículo dessa firma comercial ou hotel. O motorista particular não poderia estacionar o seu veículo, quase que em lugar nenhum no centro da cidade, porque nos principais locais eram bem visíveis as plaquetas indicativas de que ali era um estacionamento privativo.

Foi uma grande medida adotada pelo Conselho Nacional de Trânsito, porque todos pagam seus impostos, pagam o emplacamento de carro. O cidadão particular, o cidadão que em uma firma; não importa que seja pessoa física ou jurídica; ele contribui da mesma forma, para os cofres públicos do Estado; porisso é de se condenar os privilégios para os estacionamentos de veículos.

Mas, infelizmente, aqui no Paraná, o Detran continua desrespeitado a determinação do Conselho Nacional de Trânsito e no Paraná, há o velho lema "quem pode mais, chora menos" e estamos vendo que os privilégios continuam em pleno vigor, para o estacionamento de veículos, nos principais pontos de Curitiba e das outras cidades do Paraná.

Queremos aqui condenar esse privilégio, pois perante a Lei, todos devem ser iguais e se há uma determinação do Conselho Nacional de Trânsito, não entendemos por que um homem que tem o seu carro, seu jeep, seu veículo de passeio, ou de trabalho, venha ficar privado do direito de estacionar seu carros nos grandes pontos das grandes cidades.

Queremos, também, daqui, manifestar, em rápidas palavras, o nosso ponto de vista a respeito do Projeto de Lei n.º 12-71, do sr. Governador.

Este projeto, em seu artigo 8.º, autoriza S. Exa. a abrir um crédito suplementar até o limite do excesso da arrecadação efetivamente realizada. Porém, no seu inciso 2.º, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, podemos verificar que não há muita concordância com a Lei Federal que o sr. Governador está citando, para que se transforme em lei esse projeto.

Queremos salientar, ainda que, a bancada do Governo, nesta Casa, aprovando este Projeto de Lei, praticamente, daqui até o fim do ano, os Deputados pouco terão o que fazer nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica o nobre Deputado que lhe resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. ANTONIO BELINATI — Muito obrigado.

Assim, sr. Presidente, srs. Deputados, já vimos o grande empréstimo aprovado por esta Casa para que o Governo possa realizar suas obras. O

Sr. Governador ao invés de mandar diversos pedidos de empréstimo para ir realizando suas obras, manda um único projeto.

E, hoje, vemos mais um projeto que vem, praticamente, esvaziar o Poder Legislativo do Paraná, porque os Deputados, tanto da ARENA como do MDB, que aqui estão, conforme salientamos, quase nada terão que fazer daqui para frente, se entregarem ao Sr. Governador esse crédito de confiança que S. Exa. deve ter, porém esse projeto virá causar um esvaziamento mais profundo nesta Casa de Leis.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Fabiano Braga Cortes, inscrito.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna, na tarde de hoje, para cumprimentar S. Exa. o sr. Governador do Estado pela gigantesca obra ontem realizada no município de Colombo; município que tenho a honra e a satisfação de representar nesta Casa.

Eu disse grandiosa obra, porque há muitos anos Colombo viria sendo tapeado, enganado, judiado. Passaram alguns governos, alguns anos de muitas promessas, e o povo não acreditava mais que essa obra viesse a se concretizar.

E, na tarde de ontem, Colombo viu seu sonho realizado. Não viu, apenas a assinatura de um contrato, não viu apenas uma ordem de serviço, mas Colombo viu as máquinas trabalhando no seu velho sonho. Ontem, mesmo, S. Exa. o sr. Governador do Estado, não foi, como disse, a Colombo assinar um contrato, foi sim inspecionar o início dos trabalhos de uma estrada há tanto almejada e há tanto sonhada.

Afirmo desta Tribuna que até ontem pela manhã, os munícipes de Colombo não acreditavam em tal obra, não acreditavam até o momento em que viram as máquinas rasgando a estrada, fazendo o serviço de terraplenagem.

Isso, srs. Deputados, no dizer do povo humilde de Colombo, no dizer do anseio popular, isso é revolução, isso é trabalho, porque revolução não é promessa, revolução é dinamismo é trabalho. Assim, meus prezados colegas, desta tribuna, em nome daquele povo, cumprimento o sr. Governador. Dou um abraço a S. Exa., que vem assim concretizar uma velha aspiração daquele povo. Digo mais que aquele município de Colombo, não acreditava mais em nada, em ninguém, não acreditava no governo, não acreditava na política, porque esse povo estava cansado de promessas.

Cada festa que havia em Colombo, lá compareciam políticos, lá comparecia um representante do povo, dizendo que dentro em pouco o sonho de Colombo ia ser realizado. Ontem, S. Exa. o sr. Governador do Estado lá compareceu, perante a população inteira de Colombo e em praça pública, saudou aquele povo, dizendo que lá não foi para prometer nada, mas foi sim para inspecionar uma obra há tanto sonhada.

Nesta oportunidade, quero, desta Tribuna, cumprimentar S. Exa. o sr. Governador do Estado, por essa obra gigantesca.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste fim de semana nos preocupamos com certa profundidade sobre os destinos da nossa cafeicultura. Sabemos, como cafeicultores que somos há

muitos anos, que está iminente o perigo da ferrugem, que vem assolando grandes lavouras no sul de Minas e em todo o Estado de São Paulo.

Não temos ainda conhecimento de medidas de combate a essa praga, só sabemos do seu efeito. Assim é, sr. Presidente, srs. Deputados, que na marcha em que vão as coisas, fatalmente a ferrugem irá atingir o nosso Estado. Não temos conhecimento ainda de foco de ferrugem em nosso Estado. Existem, porém, fatos de que em algumas cidades do chamado Norte Velho, apareceram alguns casos. No entanto, nada há de concreto, de positivo. Mas, na verdade, lentamente essa praga se dirige para o Oeste e irá atingir, fatalmente, o nosso Estado. Então, a nossa presença, na tarde de hoje, nesta Tribuna, é um alerta às nossas autoridades, ao Governo da Revolução a este Governo que nós temos a todo o instante elogiado nas suas atitudes em quase todos os setores. No entanto, lamentamos, sr. Presidente, srs. Deputados, em afirmar aqui que por enquanto nem o Governo da Revolução, nem o Ministro da Agricultura, nem S. Exa. o sr. Presidente da República, que tem acertado em cheio em todas as suas providências, atentou bem para a grave situação da cafeicultura. Nós sabemos que, para combater em parte a ferrugem, teria que se replantar novamente toda a nossa lavoura de café. Hoje, o sistema que conhecemos, é que o café é plantado num espaçamento que varia de 18 a 22 palmos de uma árvore e outra, e cujas árvores têm de quatro a seis mudas, formando uma como que touceira. Neste sistema existente hoje é completamente impossível o combate à ferrugem. Só poderemos combater a ferrugem, segundo, dados que temos, é formulando o sistema de plantio de café, que teria que ser plantado em covas de uma só muda, formando fileiras em pés isolados, no sentido de combater a erosão, e podando-se também até a altura de 1,20m, ou mais, a parte inferior do pé de café, onde na sombra e na umidade facilitaria a propagação desta praga. Como vêm, sr. Deputados, o assunto é delicado, é complexo e nós estamos ventilando um assunto que diz de perto aos interesses do nosso país. Ainda hoje o café é o que nos traz o maior número de divisas, é o produto que exportamos em grande escala, é o fiel da balança de exportação. Como se isso não bastasse, sr. Presidente, o Brasil só em si é um dos grandes consumidores de café. A continuar neste estado de coisas, no que tange à cafeicultura, por parte de nossas autoridades, dentro em breve, sr. Presidente, srs. Deputados, o Brasil terá, o que é mais sério, o que é mais grave, terá que importar café para o seu próprio consumo. E então, daí a nossa preocupação, a nossa censura, a nossa crítica, a nossa observação, porque nós não temos hoje suficientes de café para que o Governo mantenha o preço baixo ou até melhor. O cafeicultor que tem hoje, neste instante, o seu produto em mãos, não encontra mercado para a sua comercialização. Isto é muito sério, isto é muito grave. Comenta-se, os que entendem pouco, de que isto seria em consequência de pressões de países como os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, o que não é verdade. Hoje os Estados Unidos já não são mais o maior importador de café do Brasil, é um dos grandes importadores, mas não é o maior. Nós temos mercado em vários países do mundo. Nós temos o mercado fluyente do café solúvel e que, felizmente, está dando saída ao nosso principal produto.

Mas, o mais importante é que o Governo deverá, imediatamente, tomar providências enérgicas no sentido de fixar um preço condizente ao café, sob pena de, em pouco tempo, passarmos de exportador a importador.

Nós dissemos, aqui, em ligeiras pinceladas, quais as medidas que deveria tomar o Governo em relação ao cafeicultor, revolucionando toda a sua lavoura e toda a sua estrutura mais íntima, revolucionando, para, dessa forma, fazer frente à ferrugem que aí vem, porque com este preço há desestímulo, e o fracasso será iminente e fatal.

Há três anos atrás, desta Tribuna, sr. Presidente, srs. Deputados, fizemos uma série de pronunciamentos no que tange à produção do óleo de menta. Naquela época, existia, em nosso Estado, na região de Barbosa

Ferraz, Fênix, Quinta do Sol, Campina da Lagoa e principalmente em Ubatã, grande produção de mentol. E pedimos, naquela ocasião, por vários meses, e por vários anos, até, que o Governo tomasse imediatas providências no que tange ao problema do cultivo da hortelã, quando o nosso agricultor sentia-se já desestimulado, cansado, na iminência de abandonar a lavoura, transformando aquelas terras que foram preparadas com tanto carinho e com tanto cuidado, em pastagens. Procuramos, àquela época, alertar várias vezes, as autoridades, eis que haviam o truste internacional de grupos de chineses, japoneses e americanos, que monopolizavam a aquisição da menta. Mas o nosso apêlo foi quase em vão. Hoje, está, praticamente, extinta a produção da hortelã. Não se produz mais hortelã nos municípios citados, haja visto que produzimos apenas 20% do que produzíamos no ano passado.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Apenas, nobre Deputado, para fazer justiça a V. Exa.. Lembro-me que no ano de 1.967, V. Exa. foi ao então Ministro de Agricultura, dr. Ivo Arzua Pereira, e alertou àquela autoridade sobre o problema da menta no Paraná.

Inclusive, V. Exa. levou o nome dos trustes internacionais que estavam absorvendo o esforço dos pioneiros na plantação da menta no Paraná: E V. Exa., naquela oportunidade, alertou também o ministro Delfim Neto, da Fazenda, eu estava presente e quero fazer justiça a V. Exa. que disse que, mais cedo do que prevíamos, ou melhor, dentro de cinco anos, a produção da menta estaria extinta no Paraná, caso as providências não fossem tomadas.

E, infelizmente, os apelos, as denúncias, feitas por V. Exa. não encontraram eco por parte do Governo revolucionário. E, hoje, deploravelmente, V. Exa. vem à Tribuna, confirmar a previsão que fez em 1.967, com relação à produção da menta.

Então, quero dar este testemunho para que os lavradores que faziam desta atividade a sua atividade econômica, saibam que V. Exa., há quatro anos, luta denodadamente em favor da produção da menta, no Paraná.

Era o aparte de colaboração que eu queria prestar a V. Exa. corroboran. do com o que V. Exa. está dizendo da tribuna, na tarde de hoje.

O SR. PAULO POLI — Agradeço imensamente a intervenção de V. Exa., nobre deputado Erondy Silvério e, lembro-me bem, que V. Exa. sempre foi grande amigo do ex-ministro Ivo Arzua e, graças ao interesse demonstrado na ocasião por V. Exa., aquele Ministro nos atendeu com muita solididade; abordou o assunto com bastante propriedade que, aliás, lhe é peculiar. Mas não teve, aquele eminente paranaense, tempo suficiente para empregar as medidas que julgava necessárias, eis que logo, alguns meses após, c. sr. dr. Ivo Arzua, deixava aquele Ministério.

E assim é, srs. Deputados; o quadro aí está.

Mas o problema do café, sr. Presidente, srs. Deputados, para quem olha assim a grosso modo, fica a pensar que o café ao final é apenas uma sobremesa, que seria até dispensável; que é um luxo para o país e para os que empregam o consumo dessa rubiácea.

Mas, a verdade, sr. Presidente, srs. Deputados é que em uma fazenda de café, geralmente se dá emprego a dezenas e centenas de famílias, que dão o seu tempo integral, somente no período das colheitas. Eis que nessa fase, realmente, a mão de obra é solicitada em sua plenitude, dos colonos e pelos elementos que trabalham com suas famílias.

No entanto, em duas terças partes do ano, esta mão de obra, que seria ociosa em outras atividades, na cafeicultura ela é aplicada, ela é empregada, ela se preocupa com a plantação intermediária. Eis que no meio da lavoura de café planta-se perfeitamente arroz, feijão e outros cereais. E, como se o ossó não bastasse, o colono recebe, em uma propriedade agrícola de café, do fazendeiro, terras baixas, para que ele possa desta forma dar aos demais membros de sua família, trabalho. Terras baixas que são utilizadas e que

gratuitamente para manter sua pequena agricultura, sua plantação de milho, etc. que o colono pode vender e que mantém durante o restante do ano. Tem também o colono sua criação, para seu consumo e para o comércio. O colapso no problema do café iria trazer um grande drama social em todo o nosso país e que seria o desemprego em massa.

Se continuar da maneira como vai o Brasil, nós acabaremos importando café.

O sr. Antônio Franco Ferreira da Costa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Paulo Poli, V. Exa. toca neste instante no ponto nevrálgico da economia brasileira, a produção do café.

Ainda hoje, o Brasil vive essencialmente deste produto. E precisa do amparo mais ordenado do nosso Governo, para essa rubiácea, de grande importância para a nossa economia. Pois o que estamos assistindo é o esvaziamento do próprio trabalhador rural, do proprietário de fazenda de café, que se desloca a outros Estados da Federação, para cultivar o café, como temos assistido através dos jornais; a transferência desses produtores de café para Mato Grosso, por falta de apoio, por falta de amparo dessa lavoura cafeeira.

Esse problema da ferrugem, o Governo terá que, mais dia menos dia, abrir os olhos, pois o que vimos assistindo é novamente aquele episódio desagradável, que foi a erradicação do café.

Hoje, graças ao incentivo que o IBC está dando para o replantio do café, isso não acontecerá. Mas o Brasil está plantando nas áreas erradas, e enquanto não plantarmos em áreas certas não produziremos bem; porque o pasto é que deve ser plantado em terras fracas e o café em terras fortes.

O motivo de meu aparte é solidarizar-me com V. Exa. quando trata desse assunto tão importante para a economia nacional.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa. que, realmente, nos faz crer que V. Exa. também representa, entre outros municípios, alguns produtores de café, está interessado na solução do problema. Vejo que V. Exa. sentiu bem a profundidade de nosso pronunciamento. Agradecemos imensamente essa intervenção feliz de V. Exa.

O sr. Rosário Pitelli, — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, desejo cumprimentar V. Exa. por estar abordando um assunto de vital importância já tantas vezes discutido nesta Casa. V. Exa. com muita propriedade e conhecimento que possui, discorre sobre o problema do café. Estamos de pleno acordo com V. Exa. quando aborda o problema do preço do café, a fim de que o Governo possa dar um preço mais justo ao café, para, realmente, incentivar nossa produção.

Entretanto, com relação às novas lavouras, deve dizer que o IBC tem tomado medidas que julgamos excelentes com relação ao plantio do café. E isso é para nós, oriundos de uma região cafeeira, uma alegria imensa, quando se volta ao Interior e vemos o plantio do café sendo feito em moldes modernos, orientado graciosamente pelo IBC.

Com relação ao problema da ferrugem, queremos adiantar que o julgamos muito sério. Mas a nova plantação do café, orientada pelo IBC, já promete — se necessário for — um combate efetivo. O plantio de um pé por cova é quase impraticável, o IBC, hoje, orienta para que se plante dois pés por cova, com espaçamento de dois metros e meio, em ruas de quatro metros e meio. Isso permitirá o combate à ferrugem, se for necessário.

É claro que nós que conhecemos o problema da ferrugem, sabemos que não é fácil combatê-la, porque ela ataca de baixo para cima. Mas, esperamos que, com a técnica moderna, com esse novo sistema, teremos a oportunidade de ver o Estado do Paraná, muito em breve, com grandes e novas lavouras cafeeiras.

Isso dará um sustentáculo muito maior para a nossa economia. Solidarizo-me com o brilhante pronunciamento de V. Exa., pronunciamento profundo com relação ao nosso principal produto: o café.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa., no que tange ao estímulo, ao incentivo que o Governo está dando ao novo plantio, à nova agricultura. A medida é atualizada. Estou perfeitamente de acordo com V. Exa. Mas, me referia aos atuais cafeicultores que terão para melhorar a lavoura, de reformulá-la e com o preço do café, da maneira que está hoje, sem financiamento, é uma concorrência desleal, desonesta até, porquanto aqueles cafeicultores que dedicaram toda sua vida para formar sua propriedade, sua lavoura, se encontram hoje numa encruzilhada, por que terão que reformular sua lavoura, ao passo que os novos plantadores já têm os novos métodos, plantaram com uma assistência adequada, e um financiamento aproximado do custo dessa realidade.

Mas, a única maneira do Governo estimular e refazer nossa principal produção, é dando melhores preços aos atuais cafeicultores, que dessa forma terão estímulo e terão condições econômicas e financeiras de reinvestir esse dinheiro, de reformular seus cafezais.

V. Exa. há de convir que não adianta que se plante hoje uma lavoura de café dentro da nova técnica, se essa lavoura é cultivada paralelamente a um cafezal velho, que seria o foco de pragas que se propagarão, fatalmente, às novas lavouras, muito embora plantadas dentro dessa nova técnica.

Portanto, há de se entender que esta é a dura realidade. O Governo terá que sentir que estamos frente ao caos, no que tange à cafeicultura e o Governo tem condições, pode e deve atender ao cafeicultor que, em suma, tem sido o baluarte e o estado de nosso querido e grande Brasil, principalmente o nosso Paraná.

O sr. Antônio Costa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Pelo que pudemos aprender de seu pronunciamento, justamente o velho cafeicultor, que até então era o sustentáculo do país, no mercado mundial, esse está desamparado, e não os novos. Mais interessante do que se proceder a erradicação dos velhos cafezais, para se plantar os novos, é conservar os velhos. Isso não se pode admitir num país de extensão territorial tão grande, de horizontes amplos, de terras fertilíssimas, não amparar os velhos para criar os novos. Os financiamentos deveriam ser dirigidos para a correção de pragas, para que depois se procure plantar novos cafezais.

O SR. PAULO POLI — Exatamente, nobre Deputado. Existem já alguns fazendeiros, mais bem orientados e com condições financeiras, que no espaço existente entre um e outro pé, já estão implantando novos pés de café. Essa é uma sistemática que achamos adequada, facilitando bastante, cuja saia se coloca num nível mais alto, facilitando o combate à praga. Então esse sistema de rodízio, que seria feito paulatinamente impediria o colapso de nossa produção. Os fazendeiros iriam extinguindo os velhos pés à medida que os novos vão se desenvolvendo. Extinguindo os velhos, dariam arejamento melhor e melhores condições.

Há de convir o deputado Rosário Pitelli que a primeira plantação que se faz numa terra virgem de café, é muito simples e muito fácil, porque derruba-se a mata, faz-se as covas no espaçamento indicado e joga-se ali a semente em cereja, e o café vem com muito vigor, com muito vigor, dada a grande quantidade de humus que há sobre a terra, sem necessidade de adubo. Ao passo que o replantio em terra cansada requer que se faça em jacá, em muda, com tratamento prévio, cujo preço eleva seis ou oito vezes, mais atenção, muito maior a técnica, ter-se-á que acompanhar mais de perto. Este é o motivo porque nós estamos aqui fazendo um apelo a S. Exa. o sr. Presidente da República, que, tenho certeza, que se não tomou provi-

dências é porque não conhece o assunto, como o Ministro Delfim Neto não conhece, e não sei se o Ministro da Agricultura conhece, porque café o cidadão tem que conhecer, porque quem conhece o café na chícara não entende das implicações existentes nesta lavoura tão complicada.

O sr. Rosário Pitelli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Realmente o seu pronunciamento, na tarde de hoje, é muito oportuno, se não houver um melhor prego para o nosso principal produto, fatalmente se desestimulará inclusive o novo plantio de café. É muito comum dizer-se que é muito mais fácil plantar soja que está hoje dando um prego de 35 cruzeiros a saca de que o café que está dando somente 40 cruzeiros, e, realmente não se pode comparar o trabalho, a despesa que dá para colher um saco de café de que um saco de soja, mas a soja é realmente uma cultura que deve ser feita mas não totalmente, porque, inclusive, ela não dá oportunidade de trabalho para o nosso povo, para o lavrador, como o café. O café propicia serviço para centenas e centenas de famílias durante o ano inteiro. Realmente, se nós deixássemos de plantar café e nos dedicássemos somente à soja por maior rentabilidade econômica, nós teríamos assim um ônus muito grande com relação à mão de obra, porisso se o Governo propiciar a facilidade, ou fornecer um prego mais justo, um prego melhor para o café, nós temos a certeza que o incentivo será muito maior e assim nós teríamos maior número de cafeeiros em todo o Estado do Paraná, razão pela qual eu, mais uma vez, cumprimento V. Exa. por esse pronunciamento tão eficiente e inteiramente dedicado aos altos interesses de nossa Pátria.

O SR. PAULO POLI — Como vê, nobre Deputado, pediria então até à imprensa que não divulgasse o que vou falar agora. V. Exa. que mora numa região em que vivemos juntos, sabe quanto custa uma propriedade de café. São milhões e milhões de cruzeiros, por pequena que seja, dada a exigência que este plantio traz, que só produz em terra ubérrima, terra roxa encaroçada de preferência, dada a mão de obra e as construções várias que surgem dentro de uma propriedade onde se planta café. Então, nobre Deputado, veja o que pedi que não se registre. Se os srs. produtores de café, os srs. fazendeiros, os srs. pequenos sítiantes entendessem doravante, diante deste desestímulo, diante deste descaso do Governo, vender esta propriedade e jogar este dinheiro na Bolsa de Valores, e daí veja V. Exa. que teriam eles um rendimento milhões e milhões de vezes maior, quer dizer, seria o caos para a mão de obra que está dentro da fazenda, seria o caos para o País, mas para o cafeicultor seria um bom negócio, porque mesmo que desse juros de 1% ao mês ele teria lucros mais do que teria como cafeicultor e V. Exa. sabe disto. Darei o aparte ao nobre deputado Pinto Dias, que também vem de uma região que era cafeeira, hoje é pecuarista e amanhã será um deserto.

O sr. Pinto Dias — Ainda tem pasto na minha região.

O SR. PAULO POLI — Ainda tem pasto na região de V. Exa.

O sr. Pinto Dias — V. Exa., nobre Deputado, parece que pediu, fez sigilo quanto a este tipo de operação que está sendo moda no Brasil, a operação de bolsas, de ações, mas hoje é comum o cidadão vender a propriedade e jogar o dinheiro na Bolsa de Valores, aplicar o dinheiro em ações, dado o desestímulo que a cafeicultura vem sofrendo.

Nós, srs. Deputados, acreditamos e temos confiança na Revolução, temos a certeza do espírito da Revolução e nos homens responsáveis pelo Brasil, hoje.

Mas, sinceramente, nobre Deputado, ficamos parados com essa política do café, porque o café, no Brasil, vem perdendo a sua posição na comercia-

lização no exterior e na produção interna. O Brasil, dentro de pouco tempo, com essa política que está aí, vai importar café.

Isso já não é mais segredo para ninguém. O pequeno e o grande produtor não mais acreditam nas medidas que dizem vão ser tomadas. As suas reivindicações não têm tido eco, as pretensões parecem que não são compreendidas, e não têm sido atendidas por parte das autoridades federais.

O sr. Ministro da Fazenda, há pouco tempo, fazendo uma declaração no interior, disse que o problema do Brasil não é mais exportar café, mas sim minérios. Sou leigo na matéria, mas não acredito nesse tipo de política, sou quase primário no assunto, mas o Brasil deve tudo o que tem ao café, principalmente, o Paraná. Tenho absoluta certeza que, a curto prazo, esses homens terão que ver, ou modificar, essa posição, porque o quadro é desolador, tanto para o pequeno, como para o grande agricultor.

O SR. PAULO POLI — Realmente, nobre Deputado, V. Exa. tem razão. E quando V. Exa. reproduz essa afirmação do sr. Ministro da Fazenda, que é uma confissão pública de que ele não entende de café, porque, exportar minério não é problema, mas a mão de obra, o problema social, onde iremos colocar essas famílias que cultivam outros produtos, como dissemos aqui. Não é só problema em divisas.

Infelizmente, é uma verdade, no IBC parece que a Revolução ainda não chegou lá. É exatamente onde existe a maior "marmelada", sempre existiu, e vai continuar a existir. V. Exa. pode estar certo disso. As "marmeladas" ali são as maiores. Não pretendo atingir ninguém, é uma denúncia que faço aqui, de cabeça erguida, porque cansei de dizer, desta Tribuna, que quando iam, para o mundo afora, grupos de todo o mundo representar a cafeicultura, causava espécie, a comitiva do Brasil, porque ela enchia dois ou três aviões, com cinquenta, oitenta elementos, com diárias pagas, gordas diárias, à custa da cafeicultura.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? **Assentimento**) V. Exa. faz, neste momento, uma acusação gravíssima contra o IBC. Estou coligindo documentos para provar as bandalheiras que o IBC fez, no Estado, a cerca de cento e vinte dias, com financiamento a um grande cafeicultor paranaense. Esse cafeicultor, quebrando todas as normas do IBC, obteve um financiamento muito grande. Como V. Exa. disse que no IBC tem "marmelada", porisso me animei a dar este aparte. Parece-me que esse cafeicultor vendeu uma fazenda muito valiosa por uma quantia irrisória, aí perto de Cascavel, ou de Corbélia, por aí, não sei para quem. Apenas estou coligindo esses informes para trazer à Casa e indagar do sr. Ministro do Interior e Comércio, se é verdade, se houve essa transação que acho, realmente, uma maroteira por parte do IBC, se realmente isso aconteceu.

V. Exa. disse que no IBC só dá "marmelada" e eu me animei a dar este aparte a V. Exa.

O SR. PAULO POLI — Há poucos dias, nobre Deputado, denunciemos da Tribuna, é claro que todas as regras têm exceção, não citamos nominalmente, quem quer que seja, citamos o órgão; e vimos, com espanto nosso, que somos cafeicultores, o IBC estimulando e mandando bilhões de cruzeiros para o Nordeste, para plantar café, como se lá desse café. É evidente que atrás, disso tudo tem que ter "marmelada"; interesse escusos, atrás disso. Se o café planta-se no Norte do Estado do Paraná; no Sul de Mato Grosso, porque vamos plantar café no Nordeste, onde há deserto? O café só dá em terra forte, de primeira qualidade; isto está provado.

Se um Instituto, que se diz técnico, Instituto Brasileiro do Café, que é um órgão que entende do assunto, pode mandar para o Nordeste milhares de divisas em mudas? Subtende-se que há um interesse escuso atrás disso tudo; o que é lamentável, porque estamos aqui com terras férteis, povo preparado; técnicos e mão de obra por que se vai estimular outra região que não tem mão de obra especializada? Um simples cafeicultor, um colono, é

um técnico. O café exige conhecimento desde a sua muda; desde se limpar uma cova de café; colhêr, abanar, o café, enfim, secar; exige técnica, e o nosso povo entende disso. Vamos estimular lá no Nordeste a plantação do café; teremos de mandar também mão de obra. E o povo de lá o que faz? Não está certo. Tem alguma coisa errada. Continuo chamando a atenção do sr. Ministro da Fazenda, de S. Exa. o sr. Presidente da República, para este assunto delicado. E, principalmente do Ministro da Agricultura, que deveria conhecer o assunto de perto e não conhece. Porque, pelas medidas adotadas até aqui, é uma confissão pública de que há ignorância ou má vontade sobre este assunto.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ilustre Deputado, eu não entendo de café; é evidente. Mas sei, como todos nós sabemos, o que significa o café para a economia nacional.

Vejo V. Exa., preocupado, com toda razão e não posso deixar de manifestar nossa satisfação, por verificar que também os homens ligados ao Governo, estão começando a protestar, como faz V. Exa. neste instante. Não contra a política econômica, mas também contra desmandos praticados por órgãos do Governo. Ora, ilustre Deputado, não é só café. Há poucos dias denunciávamos, desta Tribuna, o estado precário da economia nacional, em virtude da nossa situação de exportadores de produtos primários. Na verdade, somos verdadeiros párias do mercado internacional. Obrigados a um esquema de comércio totalmente injusto, injustíssimo. Basta se fazer um confronto entre os produtos de exportação primária, entre os produtos industrializados e de exportação e verificamos aquele esvaziamento terrível. Se computamos o valor de máquinas e equipamentos há três anos atrás e o valor de produtos de exportação, o café, o milho, enfim todos, vamos verificar o empobrecimento de nosso país, de nossa gente.

Quero congratular-me com V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento que V. Exa. faz, ressaltando a inconveniência da política do Governo, no setor agrário; a inconveniência e até como se abordou aqui, a incompetência de certos órgãos para tratar de problemas tão delicados.

Agradeço a atenção.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de colaboração de V. Exa. nobre Deputado. Mas apenas quero informar a V. Exa. que nas demais legislaturas que se antecederam a esta, nós já tínhamos, exatamente, tomado esta mesma posição.

Fizemos uma série de pronunciamentos, nobre Deputado, principalmente, referentes ao milho que é produzido pelo colono mais simples, mais desamparado.

Então, várias vezes, fizemos paralelo idêntico ao que V. Exa. acaba de fazer, quando um colono dispunha de determinada quantia de sacas de milho para adquirir determinado medicamento, ou maquinário. E trouxemos dados concretos e estatísticos, e fizemos um comparativo. E chegamos à conclusão, nobre Deputado, exatamente idêntica à feita por V. Exa.: o nosso colono, cada vez mais, dispõe de mais sacas de milho para comprar o mesmo medicamento que comprava no ano anterior. O produto manufaturado sobe assustadoramente. Ao aparte de V. Exa., nobre Deputado, sój cabe um reparo. V. Exa. disse que estávamos começando a reagir. Mas, isso não é verdade, pois que esta tem sido a nossa atitude há vários anos.

O sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa. desde o início. Realmente, para nós não é mais surpresa quando um parlamentar situacionista aborda problemas relacionados com a política cafeeira do País, e critica, violentamente, as medidas adotadas, sobretudo por dirigentes da cafeicultura que assumem cargos no IBC.

Há dias, da Tribuna, lembramos frases de Herbert Levy, deputado federal da ARENA que dizia, em relação ao IBC, que "somentes amadores da poli-

tica cafeeira poderiam tomar medidas irresponsáveis e danosas para com a cafeicultura."

Realmente, assistimos, no IBC, há muitos anos, apenas a ostentação do Governo. Assistimos um quadro paradoxal. O IBC construindo agências ostentando tesças, assistimos, no IBC, há nas dependências, muitas salas luxuosas, nababescas, como vemos em Londrina, agência que chega a impressionar por sua beleza, para ostentação de um luxo exagerado. E quando olhamos para o campo, para aquele que vive produzindo esta riqueza extraordinária para nosso País, sentimos seu desamparo, seu desespero, sua marginalização completa.

E quando nós, representantes do povo, como V. Exa., hoje apela às autoridades para que tomem providências, muitas vezes, nem resposta recebemos.

Estivemos numa Comissão, há pouco tempo, no IBC, levamos uma reivindicação que não é aquela do preço. Apresentamos também, desta Casa, através de requerimento, solicitando se altere o esquema de comercialização do café Tipo 6, "bica corrida", em virtude da cafeicultura de nosso Estado estar produzindo café miúdo, com índice elevado de peneira 13-14. Se o IBC der um pronunciamento a respeito, se der uma atenção ao problema para satisfazer, pelo menos, aos cafeicultores que se pronunciaram. E os homens que vivem com o café, que produzem ou que comercializam, estão insistentemente abordando esse problema do tipo do café, na atual safra e não recebem, como afirmei, sequer um pronunciamento do IBC.

Fica, portanto, mais uma vez, esse apelo para que, senão uma solução que venha atender realmente aos cafeicultores, pelo menos uma que venha em parte atendê-los.

O sr. Rosário Pitelli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaríamos de dizer que no próximo sábado, dia 17, deverão estar em Cornélio Procópio, nossa cidade, elementos ligados ao problema do café, o Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio, Presidente do IBC e todas as autoridades que com o café costumam lidar, comercialmente, industriais e agricultores.

Seria muito oportuno se V. Exa., um dos grandes líderes da cafeicultura conhecedor profundo do problema, pudesse estar presente à inauguração da Cia. Iguaçu de Café Solúvel quando poderia, junto com os demais Deputados presentes, dialogar com todas as autoridades ligadas ao café, a fim de que possamos conseguir uma solução melhor para resolver o problema da cafeicultura.

Seria, para Cornélio Procópio, uma satisfação muito grande e estaríamos prestando um grande serviço à lavoura de nosso Estado. É o convite que quero fazer, não só a V. Exa., como a todos os Deputados, para que compareçam a Cornélio Procópio, onde teríamos, então, oportunidade de conversar com todas as autoridades responsáveis pelo nosso principal produto.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte e declaro que estarei lá, nobre deputado Rosário Pitelli. V. Exa. me envidoeu muito quando me colocou na condição de grande líder da cafeicultura, grande conhecedor do assunto relacionado com o café. Sei que V. Exa. assim procede, por ser um cidadão de cuja amizade já desfruto há muitos anos. Mas, realmente, em Cornélio Procópio, berço verdadeiramente de grandes líderes da cafeicultura, onde nós nos conhecemos, haveremos de estar no próximo fim de semana, se Deus quiser, em contato com as autoridades, para que, embora palidamente, mas com bastante entusiasmo e patriotismo, apresentarmos aqueles homens a dura realidade em que vive, hoje, a nossa cafeicultura. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de endereçar à Mesa requerimento que devo encaminhar ao Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Ministério de Agricultura, e do Comércio, bem como ao Ministro daquela Pasta sobre assunto pertinente à bananicultura, queremos fazer alguns comentários sobre um artigo do jornal "O Estado do Paraná", edição de sábado, que diz na realidade o drama que atravessa o município litorâneo de Morretes. É assustador, porque a bananicultura é a sua principal fonte de riqueza, é o sustentáculo de sua economia. Eis que a Cacex, depois de um período de quase dois anos, resolveu permitir que Morretes exportasse as suas bananas, período este que se iniciou no mês de janeiro deste exercício. É bem verdade que a CACEX proibiu a exportação de bananas produzidas em Morretes por serem elas de baixa qualidade. Os produtores de banana naquele município, entusiasmados com os preços alcançados no mercado exterior, notadamente na Argentina, plantaram mudas de melhor qualidade, tentando fazer com que as bananas de Morretes se igulassem às do Estado de São Paulo, inegavelmente, naquela época, de melhor qualidade. Hoje os nossos produtos são perfeitamente compatíveis com os que produz o Estado de São Paulo. As bananas, sem favor nenhum, podem ser igualadas às daquele Estado. E após o reinício das exportações, ocorrido no mês de janeiro, apenas em quatro meses Morretes conseguiu exportar aquele produto que, sem dúvida alguma, era o estio de sua economia e, em quatro meses de exportação, novamente a Cacex proibiu a exportação de bananas, justificando que a sua qualidade não tinha sido, como prometeram os exportadores, igualada às do Estado de São Paulo, o que não é verdade, tanto que após uma campanha incessante movida pela imprensa do Estado, notadamente "O Estado do Paraná", a Cacex resolveu, no dia de hoje, mandar um emissário para tratar do problema e encontrar uma solução e hoje, numa reunião talvez no município de Morretes, deve-se encontrar uma solução para o problema. E nós estamos neste problema nos irmanando com as informações do Governo do Estado do Paraná, com o depoimento do prefeito daquela Comuna, sr. Alcides Bertolin, que está levando aos quatro ventos do nosso Estado o caos que Morretes atravessa, não obstante, por ocasião do traçado da estrada que liga nossa Capital ao litoral, ter banido, ter marginalizado o município de Morretes, ocasionando uma grande perda em sua economia. Morretes que sempre foi o município que teve indústrias até o fim do século passado, viu-se privado da sua principal fonte de economia. Sr. Presidente, apresento o requerimento baseado...

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É muito próprio de V. Exa. tratar deste assunto que para todos nós é quase desconhecido, porque é característico da sua região, quase só da sua região. Tenho a impressão que a Casa desconhece pormenores deste problema, já que a banana é uma cultura, uma das fontes básicas desta região. Nada mais justo que V. Exa. defender os interesses daquela Comuna na Casa. Quero lembrar ainda um aspecto que me ocorreu agora. Parece que estamos perdendo mercado de ano para ano. Lembro que a par do mercado da banana, temos queda violentíssima na exportação do mate, temos queda substancial no mercado internacional do café. Tenho a impressão que esta Casa deve levantar sua voz para defender a economia de todo o Paraná; na região do Sudoeste nós vemos a queda da madeira, e são fontes da economia paranaense que estão a se extinguir. Queria convidar a V. Exa. para participar de uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Paraná, a qual tenho a honra de presidir, para que naquela Comissão, V. Exa. fizesse o seu relato, e nós, em nome da Assembléia, através desta Comissão, expedíssemos relatórios e memoriais, sugerindo e reivindicando em nome da região que V. Exa. representa. Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado pelo seu aparte que, inclusive, traz esclarecimentos. Disse bem V. Exa. uma vez, que nós estamos per-

dendo o mercado. Os países da América Central, nossos grandes competidores na exportação da banana, estão nos tomando este mercado sendo que o Estado do Paraná e S. Paulo são os principais produtores de banana.

A CACEX, por esta ou por aquela razão, resolveu tomar as medidas coibitivas para Morretes, mas nós reconhecemos o erro, e hoje, estaremos tentando reformular esta questão. E o convite que V. Exa. me faz, aceitarei com prazer, estarei presente, quando for dada aquela oportunidade da Comissão reunir-se.

O nosso requerimento, sr. Presidente, está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

“Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro seja, por intermédio da Mesa, endereçado ao sr. Diretor da Carteira de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria e do Comércio, bem como ao exmo. sr. Ministro dessa Pasta, veementemente apelo no sentido de ser reexaminada a deliberação da CACEX, que estabeleceu a quota exportável de banana para o Paraná muito aquém da capacidade produtora da região de Morretes, ocasionando, em consequência, sérios prejuízos à economia daquela comuna, que tem assentada na bananicultura cerca de 70% de sua renda bruta.

Além dos prejuízos de ordem econômica para o município de Morretes, advém dessa resolução drástica, há que se considerar, também e principalmente, o desestímulo que trará tal medida aos que se dedicam a essa atividade agrícola, mormente agora quando, após um período de decadência, a bananicultura vinha entrando numa fase de recuperação, com o plantio de mudas de melhores qualidades, a fim de permitir ao nosso Estado condições satisfatórias para competir no mercado externo.

Requeiro, outrossim, que, aprovado este requerimento, seja dado conhecimento do seu teor ao exmo. sr. Prefeito Municipal, bem como à Câmara de Vereadores de Morretes.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971”

Sr. Presidente e srs. Deputados, os nossos argumentos são válidos e convincentes, não estamos solismando, estamos afirmando enfaticamente, que se Morretes perder a condição de município exportador de banana, estará sujeito a uma desapareição do mapa.

Não queremos isto, porque é uma cidade de grandes tradições, tem história, tem filhos ilustres, e a nossa preocupação, sr. Presidente, deve ser também a dos srs. Deputados que são paranaenses, que se aqui não nasceram, aqui convivem e aqui representam os municípios de grandes importâncias. Morretes também, por certo, terá a simpatia dos srs. Deputados neste problema crucial que trazemos ao conhecimento da Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 126-71, Mensagem n. 18-71, encaminhando Anteprojeto de Lei solicitando autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), para os fins que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência, com emenda.

A Emenda apresentada ao projeto, é do seguinte teor: (Lê):

EMENDA

Emenda Supressiva da Redação ao Projeto de Lei n. 126-71, do Poder Executivo, solicitando autorização para contrair empréstimo no exterior de Cr\$ 800.000.000,00.

1. Suprima-se do art. 3.o, 1.a parte, do Projeto de Lei n. 126-71, o seguinte:

“... Banco do Estado do Paraná S.A. e ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.”, bem como o “s” da palavra “autorizados”, mandando-se, outrossim, por “a” o “o” da expressão “autorizados”, digo, “respeitados” ficando o mesmo artigo, por conseguinte, com esta redação:

“Artigo 3.o — Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, fica o Governo do Estado autorizado a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.o, negociáveis, transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A. ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., respeitadas quanto a éstes as limitações legalmente impostas referentes ao capital, juros e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros”.

Salas das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(aa) Muggiati Filho, Sebastião Rodrigues Júnior, Nivaldo Krüger, Alvaro Dias, Maurício Fruet e Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa tão somente corrigir a redação e excluir da autorização legislativa os bancos, por se acharem os mesmos sujeitos à legislação especial. Aproveitou-se para suprir um “s”, que fica demais em “autorizados” e acertar a concordância entre “respeitados” — Masculino e “limitações” — feminino, parecendo-nos que fica melhor dizer-se — “respeitadas as limitações” do que “respeitados as limitações”, como se acha no projeto.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto e a Emenda.

Encerrada a discussão. Em votação a Redação Final, ressalvada a Emenda. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ainda com referência ao artigo 3.o do Projeto de Lei n. 126-71, agora em Redação Final, e como temos nos batido no tocante a esclarecer a redação desse artigo 3.o que consideramos carente de melhor forma, para melhor representar o sentido da própria Mensagem Governamental, nós apresentamos uma Emenda Supressiva. A Emenda, em parte, também modifica duas palavras, no sentido de corrigir um erro de concordância, existente no texto.

“Suprima-se do artigo 3.o, primeira parte do projeto, o seguinte “Banco do Estado do Paraná S.A. e Banco do Desenvolvimento S.A.”

Diz o citado Artigo 3.o “Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, ficam o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S.A. e ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., autorizados a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.o negociáveis, transferíveis e com aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A.” — Aqui volta a repetir o nome das duas instituições financeiras, “ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. respeitadas quanto a éstes as limitações legalmente impostas referentes ao capital, juros e taxas adicionais em favor de financiadores estrangeiros”.

Nós entendemos que, nessa parte, o Projeto além de redundante, incorre em dispositivo de Lei federal. Excluimos o texto: “Banco do Estado do Paraná S.A. e Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.”. Bem como a Emenda exclui o “s”, da palavra “autorizados”, a fim de que haja sentido na frase, passando o verbo para o singular; “fica autorizado”.

Mudando, outrossim, para "a" o "o" da expressão "respeitadas".

Aqui, mais abaixo, no final do artigo 3.º, está escrito: "respeitados as limitações legalmente expostas".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que no encaminhamento de votação não são permitidos apartes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, conheço o Regimento Interno, e gostaria que a Mesa me concedesse a palavra para uma questão de ordem.

A Mesa não poderia, data vênua o respeito e admiração que merece o nobre deputado Muggiati Filho, não poderia receber essa Emenda. Porque é uma Emenda que visa alterar projeto já votado pela Casa em 3.ª discussão. Se S. Exa. tivesse redigido Emenda suprimindo apenas o "s", para ficar no singular o verbo, poderia ser aceita. Mas, S. Exa. modifica o projeto.

A nosso ver, a Mesa recebeu uma Emenda intempestiva.

O SR. MUGGIATI FILHO — A Emenda é composta de três tópicos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Emenda de Redação Final apenas comporta erros de redação. E a Emenda do deputado Muggiati Filho altera, inclusive o Projeto que já foi aprovado em 3.ª discussão, já é lei.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados, como acreditamos que da discussão, muitas vezes, surge a luz, entendemos que deva haver maior liberalidade aceitando, como colaboração, o aparte do nobre deputado Erondy Silvério. Mas, também defendemos nosso ponto de vista uma vez que é tão gritante, em nosso entendimento, o erro existente no artigo 3.º, que acreditamos seja erro de redação. Porque, não podemos, em absoluto, admitir que o Governo do Estado fôsse incluir, tal matéria duas vezes, numa redação de difícil interpretação. Então minha Emenda é no sentido de que se aclare o sentido. A Assembléia autoriza a emissão através dos citados bancos. Mas este é o meu ponto de vista, respeito o ponto de vista do nobre deputado Erondy Silvério, desde que a interpretação dele, como elemento da Bancada Governista, nesta Casa, está mais a par do assunto do que nós que somos Oposição. O espírito do projetos do Governo é mais fácil ser esclarecido pelos Deputados governistas.

Mas, nós entendemos que é um erro de redação tão gritante que deve ser corrigido.

Mas os outros pontos que são separados e que se aceitos pela Casa, se recusada esta Emenda, a Casa deveria emendar, porque é grotesco sair do verbo ora no singular, ora no plural. E isto não tem nada a ver com o sentido. É outro erro de redação. Nós não somos nenhum purista de língua, mas entendemos que melhor ficará "respeitadas as limitações" e não "respeitados as limitações". É outra Emenda de redação, que estamos propondo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ai V. Exa. tem razão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Assim como com o verbo "ficar". A mensagem diz "fica autorizados". A redação correta seria "Ficam autorizados o Banco..."

De modo que era esta a explicação que nos cabia dar com relação a essas Emendas. Fazemos um apêlo à ilustre Bancada da Maioria que encare esta Emenda com sentido construtivo e se houver por bem julgá-la prejudicada, julgue-a prejudicada na parte menos gritante, mas aceite-a na parte em que é incontestável, sob todos os aspectos, a questão da concórdância do verbo. Que pelo menos aí, esta Casa permita que o Projeto saia certo, correto, a fim de que o feminino combine com o feminino, o masculino com o masculino. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, apenas para corrigir o pensamento do deputado Muggiati Filho a respeito de nosso aparte. Nós aqui não somos Bancada do Governo, como

afirmou S. Exa.: sou da Bancada da ARENA e apoio o Governo naquelas medidas que dizem respeito ao progresso e desenvolvimento e bem estar da gente paranaense, mas sou independente não rezo pela cartilha do Governo.

Apenas meu aparte era para reconhecer que, em parte, a Emenda do nobre deputado Muggiati Filho tem razão quando ele quer combinar — apesar de que combinar masculino com masculino não é cornigo — masculino com masculino e feminino com feminino; está certo também quando quer modificar o verbo lá em cima. São erros de português que devem ser corrigidos por ocasião da discussão da Redação Final.

Agora, a Emenda modifica o teor do projeto, que já foi votado em três discussões, por isso, lamentavelmente, não para ser agradável ao Governo, porque não estou aqui para apoiar o Governo incondicionalmente, mas vou votar contra a Emenda, porque ela não podia ter sido recebida pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda do sr. deputado Muggiati Filho. — Rejeitada.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 96-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 12-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante Convênios entre o Estado e seus Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com Emenda de Plenário. — Em Regime de Urgência.

O referido Projeto recebeu Emenda Supressiva de Plenário, e está em Regime de Urgência. Em discussão o projeto e a emenda. Encerrada a discussão. Em votação a emenda. — Rejeitada. Em votação o projeto. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 125-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 16-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários arrecadadores do D.R.I., da Secretaria da Fazenda — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Com Emenda da C.C.J.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, requeiro votação englobada do Projeto ressalvada a Emenda.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do sr. deputado João Mansur. — Aprovado.

O sr. Nivaldo Krüger — O requerimento?

O SR. PRESIDENTE — É. Em votação o Projeto. Em discussão o projeto.

O SR. NIVALDO KRUGER — (Para discutir) Sr. Presidente e srs. Deputados.

Apenas quero fazer aqui uma ressalva. Votaremos com o Projeto. Entretanto, sr. Presidente srs. Deputados, tenho a impressão que se abre um precedente sério ao dar a Assembleia Legislativa preferência ou criar privilégios para determinado número de funcionários, abre um precedente no meu entender de sérias consequências no futuro, porque o servidor público, no nosso entender é o servidor público, seja da Fazenda, do D.E.R., de qualquer Secretaria ou de qualquer órgão do Governo do Estado. Ao criar-se este precedente não teremos condições de regredirmos, voltarmos atrás, quando outros núcleos de funcionários, ligados a outras Secretarias e outros órgãos do Governo solicitarem, o que eu entendo de justiça, seja solicitado pelos funcionários da Secretaria, quando estes funcionários solicitarem amanhã um regime de vencimentos especial que os qualifique com certos privilégios em relação aos demais funcionários do Estado. Nós não teremos condições de voltarmos atrás e negarmos a solicitação feita por funcionários de outros setores.

Fica aqui a ressalva e fica aqui também, quero entender, o compromisso sério desta Casa quando amanhã outros funcionários, de outros Depar-

tamentos, outras Secretarias solicitarem regime de vencimentos especial. Era esta a ressalva que queria fazer ao votarmos este projeto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação, ressalvada a Emenda. Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. — Aprovado. Em votação a Emenda.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Apenas para justificar que a nossa Bancada irá votar pela rejeição da Emenda. Nós queremos fazer justiça ao nobre relator da matéria, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira que, ao receber a Emenda das mãos dos interessados, que nos haviam procurado, nós entendíamos que ela era válida e mereceria a atenção desta

Casa.

Mais tarde, fomos, solicitados pelos mesmos interessados que solicitaram a retirada da Emenda. Razão pela qual, votaremos contrariamente à Emenda.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda. — Rejeitada.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 133-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 17-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), com responsabilidade jurídica de Direito Público, sede e fóro na Capital. — Pareceres favorável da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir). — Sr. Presidente e srs. Deputados.

O sr. Governador do Estado encaminhou um Projeto propondo a criação de uma Fundação. E alinha, na justificativa, algumas razões que o levaram a opinar, a optar pela criação de uma Fundação no Estado do Paraná. E entre os seus objetivos, o de instituir um órgão capaz de coordenar as atividades administrativas entre os municípios e o Estado. A iniciativa é das mais louváveis, entretanto, a Mensagem em nossa entender, carece de modificações fundamentais. A Fundação proposta no Projeto do Governo é falsa, o Projeto na verdade, tal qual está, propõe Departamento com o nome de Fundação. Esta é a posição exata do Projeto, pois a Fundação se caracteriza por alguns pontos que lhe dão personalidade distinta em relação à autarquia, em relação às sociedades de economia mista e em relação à empresa estatal em si. A Fundação se reverte de aspectos bem diversos tanto da autarquia quanto das sociedades de economia mista ou ainda, da sociedade da empresa estatal, pura e simples.

Assim, srs. Deputados, verificando que o Projeto tem grande alcance mormente, em se tratando da vida dos municípios, dos municípios que carecem de um órgão que coordene a política de planejamento, a política de coordenação enfim de todas as suas atividades na esfera estadual. Até o momento, os municípios paranaenses, os municípios brasileiros, viveram mais ou menos, sob a tutela do Estado; viveram sob a tutela, muitas vezes do próprio Deputado, por faltar uma entidade que coordene. Pois, a reforma institucional verificada no Brasil, em 65 no que tange à vida administrativa dos municípios, alterou profundamente a ação e os objetivos do Estado em relação ao município.

O município brasileiro vem sofrendo uma evolução desde 1824, quando ele se caracteriza como entidade administrativa local. E, na Constituição, do Império, em 1824; através da Lei regular de 1.828, começou a verdadeira fase do municipalismo, na história brasileira. E, graças a esta dinâmica do município na vida do Estado brasileiro o Império atinge o interior do País. A grande evolução que deu progresso e trouxe ao País, tranquilidade e progresso e, nas comunas interioranas houve grandes valores, e educou o homem brasileiro para o exercício da vida pública. Eram as velhas Câ

maras. Os camaristas que com muita honra e dignidade iam participar da vida pública; iam ordenar a vida da comunidade, taxando, criando serviços, instituindo leis exigindo até dos governantes, medidas. Foi no Império, uma das grandes molas do desenvolvimento do País, do Estado brasileiro, a instituição municipal sem dúvida.

Já com a República, sofremos variações extraordinárias. De 1889 a 1924, a instituição municipal passou por várias fases algumas de pujante autonomia outras de cerceamento outras vezes até de intervenção do poder central.

Entre 24 e 30 passamos por uma fase digamos de expectativa na vida municipal.

Entre 30 e 37 numa fase excepcional tivemos a nomeação dos prefeitos e os brasileiros viram nas suas comunas, os interventores, e, de lá, para cá, adquiriu-se o vêzo triste do município alienado.

Dali para cá, adquiriu-se o vêzo horrível do município servil; e dos homens públicos das comarcas, portadores deste defeito, produto de uma fase histórica negativa em nossa Pátria.

E, 1946, o espírito municipalista do Constituinte deu ao município na Constituição, através de tópicos permitindo a autonomia e a vitalidade do município.

Mas, a mentalidade do homem brasileiro, como administrador, estava vezada; e o município brasileiro e o homem do município brasileiro habituados a um sistema repugnante, mesmo tendo o direito ao seu lado, não o exercia, como era necessário e precisouse de 20 anos de campanha municipalista para ir fornecendo e formando exclusivamente uma mentalidade geral nas comunas brasileiras, até que em 1965 nós tivemos medidas que deram ao município brasileiro, autonomia. Porque a autonomia política, tinham os municípios de 45 a 65 mas autonomia financeira não tinham os municípios. E aí ficavam os homens públicos das comunas sujeitos, inteiramente, à vontade dos administradores centrais.

E ainda hoje, quando ouço falar em comandos políticos e na subordinação dos prefeitos e deputados, vejo um defeito histórico, um resquício negativo altamente negativo — da incompreensão da fase que estamos vivendo.

E é lamentável que não se compreenda isso, que não compreendam isso exatamente os homens que representam, que deviam representar as intenções e o espírito da Lei, da reforma institucional que se procedeu com o presidente Castelo Branco, dando autonomia aos municípios brasileiros.

E, agora vejo o sr. Governador buscar, na nebulosa, alguma coisa para interpretar essa realidade. Mas não a interpreta. Curioso, srs. Deputados, que a intenção é magnífica, a intenção é formidável, mas o que faz nada mais é do que transierir o DATM para uma nova sigla e com o mesmo vêzo do Departamento anterior. Pois, a nomeação direta do Governador dos diretores da Fundação descaracteriza, totalmente, a Fundação. Deixa de existir Fundação se não houver Conselho. E a proposta do sr. Governador do Estado não traz, em seu conteúdo, a instalação do Conselho para gerir os recursos, a política, da Fundação. Sem Conselho, sem fundo não há Fundação.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Acho até mesmo que V. Exa. data vênias, está sendo muito generoso na apreciação da Mensagem do Governo. Porque, entendo que S. Exa. se preocupou muito pouco em coordenar a vida administrativa dos municípios, dando assim à Mensagem, um dos sentidos que V. Exa. talvez, como amante do municipalismo, e há longos anos defendendo as teses de desenvolvimento dos municípios brasileiros, gostaria de ver na Mensagem.

Eu entendo, simplesmente, que S. Exa. quis montar, com esse projeto, talvez a máquina mais formidável, a máquina de se fazer política mais formidável que se tem notícia em nosso País. Essa nomeação dos diretores da Fundação que pretende o sr. Governador essa nomeação por ser única

e exclusiva da vontade de S. Exa., bem como os termos do Estatuto dessa Fundação ditados pela vontade soberana de S. Exa., constituem, no meu entender, uma máquina, poderosíssima máquina de se fazer política. Não vejo como se falar em independência dos municípios após a criação dessa Fundação.

Vejo, agora, em suas verdadeiras tintas, o que pretendia o Governo do Estado quando anunciou, com a sua Emenda à Constituição, a retirada da alçada do Tribunal de Contas da apreciação das contas dos municípios para-merises. Não me enganei naquela época, quando disse, alto e bom som, dessa Tribuna que, agora, V. Exa. com brilhantismo ocupa, que antevia porque o sr. Governador do Estado pretendia retirar da alçada do Tribunal de Contas a apreciação das contas dos municípios, porque S. Exa. se reservava para, em oportunidade futura, mandar a esta Casa alguma Mensagem sobre a matéria. E o que eu vejo é muito mais maquiavélico, de muito maior profundidade do que tudo aquilo que eu previa, na oportunidade.

De parabéns o sr. Governador do Estado: Monta a máquina para mandar nos municípios deste Estado sem precisar de auxílio de ninguém. Entendo, porque S. Exa., de fato, distribuiu os comandos políticos. Distribuiu-os depois de dizer que não iria distribuí-los e que em seu Governo não haveria comandos políticos. Entendo porque S. Exa. distribuiu um comando político sem conteúdo, não haveria mais razão de comandos políticos como, aliás, muito bem acentuou, dessa Tribuna, o nobre deputado Erondy Silvério: "Este Estado passa a ter um dono definitivo: o sr. Haroldo Leon Peres".

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa.

O sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Respondendo ao que acaba de dizer o deputado Sebastião Rodrigues é bom mesmo que S. Exa. o sr. Governador do Estado venha mandar em todos os municípios, como está mandando, fazendo ora uma estrada aqui, ora uma ligação de energia elétrica ali, ora um hospital ali mais adiante, enfim, não prometendo nada mas executando, porque tenho acompanhado S. Exa. nas suas viagens e de fato ele está mandando no Paraná, mas mandando fazer obras em favor do povo.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte, respeito a sua opinião e faço votos para que S. Exa. realmente realize obras de que tanto o Paraná carece.

O ponto de vista do deputado Sebastião Rodrigues, parece muito válido, que com a instituição desse organismo — como dizia o deputado Erondy Silvério; — desaparecem as influencias políticas dos Deputados sobre os Prefeitos; cuja influência, no meu entender, era nefasta.

Quem sabe isso não aconteça, mas mantendo o meu ponto de vista que a intenção do sr. Governador deve ser a melhor possível, porque a organização de uma entidade dessa ordem, dará ao Estado uma função paternalista, porém, nunca deveria ser com essa característica departamental, em que o Governador nomeia os dois diretores.

Aí não é Fundação, porque só existe Fundação com existência de Conselho e só existe Diretoria em uma Fundação, através da eleição do Conselho. Do contrário, é mero Departamento.

O sr. Maggiali Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Gostaria de acrescentar às ponderações de V. Exa., muito judiciosas, aliás, principalmente quando se referia ao DATM, traçando como que um paralelo para ressaltar o parágrafo único do Projeto 133-71 que faz fundamentalmente uma diferenciação entre o DATM e a PLANEPAR, porque, segundo esse parágrafo único, poderá instalar e montar escritório em municípios de outros Estados e no Distrito Federal. E no artigo 4.º, as atividades da Fundação abrangem especialmente os setores seguintes: legislação municipal, organização administrativa municipal, orçamento e contabilidade municipal, tributos municipais, planejamento local integrado, que são tópicos, pontos, assegurados em sua autonomia aos municípios, pela Constituição Federal.

Nós entendemos que deve também ser ressaltado o trabalho administrativo do Governo mas também entendemos, em contrapartida, que o Governo não faz mais que sua obrigação. Porque ninguém assume a chefia de qualquer coisa, para ir passear, e para ir trabalhar, é realmente para isso. Quanto a se tirar dos municípios como V. Exa. tão bem está defendendo o municipalismo a sua independência assentada em princípio constitucional, acredito que é outra das aberrações que serão cometidas no atual Governo.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. Aliás, é uma lembrança muito feliz, que jamais permitiria nesta Casa a qualquer um dos srs. Deputados, uma investida contra a autonomia dos municípios. Jamais esta Casa se dobraria a vontade de quem quer que fosse, desde que essa investida tivesse por finalidade reduzir a autonomia do município e assim é que apresentamos uma Emenda Substitutiva ao Projeto, dando ao Projeto a sua forma, uma conformação no nosso entender mas adequada, adequada ao desejo do sr. Governador do Estado que é de instituir uma Fundação. Apenas queria concluir este raciocínio e imediatamente concederei o aparte a V. Exa., sr. deputado Erondy Silvério. Porque da forma que está fundamentado, leiam o projeto, estudem o projeto e verão os senhores que, através deste projeto teremos a repetição com outra sigla, do antigo D.A.T.M. porque os diretores serão nomeados pelo Governador, a entidade ficará vinculada a sua Secretaria de Estado, uma Fundação não fica vinculada, uma Fundação elege seus diretores.

O sr. Erondy Silvério — Agradeço, e a exemplo de V. Exa. também apresentei um Substitutivo Geral à matéria mas, atendendo apêlo, a exemplo de V. Exa. retiramos o Substitutivo a fim de que o sr. Líder do Governo, estudando melhor de hoje para amanhã, possa ver da conveniência ou não de ambos receberem um só ou fundidos receberem o apoio da Bancada majoritária. Sinceramente, não acredito que tenha esta intenção o Líder do Governo. Tenho absoluta certeza de que a Mensagem será aprovada nos estritos termos como foi enviada a este Poder Legislativo. Quero já adiantar meu pensamento, porque o Governo com este instrumento legal na mão, não precisa nem da Assembléia Legislativa, com a Constituição que tem, com a maioria desta Casa, mais esta Fundação e os oitocentos milhões de cruzeiros...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Cuja Fundação pode até realizar obras.

O sr. Erondy Silvério — Comprar equipamentos, realizar empréstimos no exterior ferindo flagrantemente a autonomia municipal, instalando, em nome dos municípios, sedes em outros Estados (também, ferindo aquilo que é um direito sagrado dos municípios. De modo que eu não acredito absolutamente que o Substitutivo, subscrito por V. Exa., subscrito por este Deputado, obtenha êxito. Todavia, ficará nos Arquivos da Casa para mostrar que eu pelo menos não aceito recibo de burro e nem de ignorante. Sei muito bem os objetivos desta Mensagem Governamental e o segundo tópico do aparte que queria dar a V. Exa., nobre deputado Nivaldo Krüger, é lamentando o aparte que V. Exa. recebeu do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes. Deputado que eu aprendi a respeitar já como Vereador ao município de Curitiba, pela sua correção, pelo seu espírito público, pela defesa que sempre fez desassombradamente, das liberdades humanas e individuais, da democracia e da Constituição. Por isso eu acho infelicíssimo o aparte que deu a V. Exa. quando disse que acha bom que o Governador mande em todo o Paraná. Mas não pode mandar em todo o Paraná tem uma Constituição que deve respeitar, deve respeitar a autonomia dos municípios paranaenses porque a isto está obrigado pela Constituição Federal e se ele o deputado Fabiano Braga Côrtes acha bom, eu não acho. Acho que todos os homens públicos devem respeitar as leis e a Constituição, tanto a brasileira como a do Estado do Paraná. Portanto, acho que foi infelicíssimo o deputado Fabiano Braga Côrtes, que sempre respeitei e admirei e que considero um

homem de bem. Acho que foi no calor dos debates que S. Exa. deu este aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Quería ainda, nobre deputado Erondy Silvério, dizer que tão logo entrasse na apreciação da Emenda, eu queria citar o que vou fazer agora. Tanto eu como V. Exa. apresentamos Emenda a este projeto. Acredito na boa vontade do Líder do Governo, e também na sensibilidade do Governo e da Bancada, especialmente da Bancada, que ela não há de submeter a vontade absoluta do Governo, que certamente, assinou o que lhe preparou um assessor.

Creio que esta Bancada não votará em cruz, um requerimento desta importância. Como é que esta Bancada irá examinar uma Emenda tanto a minha como de V. Exa. e o Projeto, e discutirá conosco nos seus tópicos, aquilo que pode ser aprovado na minha e na Emenda de V. Exa., cujo objetivo tanto o meu como o de V. Exa. é de dar ao Paraná um instrumento melhor, de dar ao Paraná um instrumento mais dinâmico, mais apto, mais capaz. Nós não queremos evidentemente no Paraná, um "mandão" nós queremos um governante de acordo com as leis, de acordo com a Constituição.

O sr. Fabiano Braga Cortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — V. Exa. me concedeu o aparte, no momento em que eu, respondendo o aparte do deputado Erondy Silvério, disse que o Governador deveria mandar no Estado como está mandando, construir hospitais, construir escolas, sempre respeitando a Constituição, como sempre respeitou até hoje, porque S. Exa. o sr. Governador do Estado, jamais deixou de respeitar a Constituição.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Nivaldo Krüger, esta liderança quer apenas agradecer a colaboração dada nesta tarde por V. Exa. e pelo deputado Erondy Silvério, quando retiraram o Substitutivo que pretendiam apresentar na tarde de hoje. Assumi o compromisso tanto com a liderança também representada por V. Exa., do MDB como com o deputado Erondy Silvério, de melhor analisar os dois Substitutivos, em confronto com a Mensagem, junto com S. Exa. o sr. Governador, e amanhã, traremos a palavra oficial a esta Casa, dos estudos e dos debates, para ver o que se pode aproveitar do Substitutivo, da fusão, a fim de dar ao entender de V. Exa., a esta Mensagem uma forma que venha de encontro com as necessidades e os desejos não só desta Casa como de todo o Estado do Paraná. Mas, nobre Deputado, aproveitando este meu aparte, quero dizer a V. Exa. de que se outros benefícios dotará o Estado do Paraná, esta Mensagem já prestou um grande benefício que veio inclusive de encontro aos desejos de V. Exa. que tanto tem se batido nesta Casa contra as tais lideranças políticas dos comandos políticos. E no discurrir de V. Exa. parece que a Mensagem acabou. Veja o mal que V. Exa. fez a nossa Bancada talvez involuntariamente que hoje estamos sem liderança política no Estado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte. E a minha presença na Tribuna, ilustre líder, é exatamente para ressaltar alguns tópicos, fazer uma chamada de atenção aos srs. Deputados, sempre estudiosos e atentos aos problemas desta Assembléia.

Desnecessário seria a chamada de atenção evidentemente porque, S. Exa. não deixaria passar matéria desta importância, pois não votaria, já mais, sem conhecimento de assunto tão importante porque esta é uma coisa perene, continua, ficaria na história da administração do Estado do Paraná.

Existem duas correntes; a Fundação como entidade de direito público; Fundação como entidade de direito privado. Ambas, desde que tenham um significado de Fundação, são válidas segundo as escolas em que se subdividem os pensamentos jurídicos neste País. Lopes Meirelles grande doutrinador do municipalismo brasileiro entende que as Fundações, segundo a sua obra de direito administrativo que não lerei aqui, cito só para lembrar, estas correntes de pensamento jurídico do país, adotam a tese, reafirmam a

tese de que as fundações se revestem de caráter privado, de entidade privada ou que lhes dá uma autonomia mais ampla, no sentido de obter doações de entidades estrangeiras sem depender daquilo que se falou há poucos instantes aqui; isto é, da autorização do Congresso Nacional.

Quando as fundações recebem auxílios ou doações de entidades estrangeiras, para os fins a que se destinam, as Fundações...

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está argumentando e eu não quero entrar no mérito jurídico das ponderações de V. Exa. Mas, apenas para corrigir uma injustiça:

1.º — O Governo do Estado, ao enviar a Mensagem em decorrência da qual esta proposto o Projeto 133-71, absolutamente, em nenhum tópico, artigo ou parágrafo, do anteprojeto de lei se verifica que queira esta Mensagem privar os municípios de sua autonomia.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não perde, não.

O sr. Ivo Tomazoni — Queria tão somente reafirmar isto.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não perderia, porque todas as atividades relacionadas com o Município e a Fundação dependeriam do consentimento dos municípios. Porque as atividades se dariam com o consentimento de ambas as partes, através de convênios que seriam elaborados; o que fica bem claro no Substitutivo que nós apresentamos.

O sr. Ivo Tomazoni — Mas, justiça se faça ao Governo do Estado.

A autonomia dos municípios, em instante algum, ficou onerada pela apresentação deste Projeto de Lei.

Em segundo lugar, nobre deputado Nivaldo Krüger, quando se falou que a criação desta Fundação, como se pretende, ela teria atribuições que vão desde a fiscalização da aplicação dos recursos, especificando onde será a obra; não dá a ela a competência para a realização de obras. Veja V. Exa. a redação. Como está posta a redação do item 1.º do artigo 3.º: "Auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos".

Obras que passarão a constituir o patrimônio da Fundação. Porque não pode, absolutamente significar que a Fundação possa realizar obras, quando o grande mérito da Fundação é especificado também no plano de Leis.

O que compete realmente às atividades da Fundação: "Legislação municipal; Organização administrativa municipal; Orçamento e contabilidade municipal; Tributos municipais; e Planejamento local integrado", que é o que nos falta hoje.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Concorde.

O Sr. Ivo Tomazoni — Só que eu acho uma injustiça o que se pretende dizer, que a Fundação teria a seu encargo, a realização de obras.

Com isto posto, o Anteprojeto de lei não é isto que se pretende neste plano de lei.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Nobre deputado Ivo Tomazoni, o fundamental não é isto, é evidente. Se uma fundação se destina a organizar todos estes serviços, saíria a função do Estado; O Estado sai da sua função paternalista e aí é tirado um pouco daquilo que hoje o deputado exerce, no sentido de levar prefeitos, de conduzir prefeitos, porque, se funcionar um organismo desta ordem, ele suprirá, em grande parte, as deficiências dos municípios.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas, para contraditar o nobre deputado Ivo Tomazoni.

O deputado Ivo Tomazoni é inteligente, todos nós sabemos, veio a esta Casa pela terceira vez, representando uma região, com um contingente extraordinário de eleitores, e S. Exa. merece, S. Exa. é inteligente e quer nos convencer de que uma má interpretação de redação do inciso 1.º, do artigo 3.º.

Mas, veja V. Exa. onde está a malícia desta interpretação: "constituem

receita da Fundação, além dos recursos provenientes de seu patrimônio: I — Auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado sob a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos”.

Veja V. Exa., o Governo não teve a preocupação de dar um percentual dessas dotações que podem ir até um terço do Orçamento do Estado.

Quer dizer, são dotações específicas e dotações globais. Está clara a intenção do Governo de formar uma nova Secretaria de Viação e Obras dentro de uma Fundação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Com prestação de serviço.

O sr. Erondy Silvério — O grande mérito do Governo, nesta Fundação é uma legislação municipal; uma organização administrativa municipal, atualizada. Essa idéia é excelente. Liberta os municípios de uma ditadura existente hoje, por parte do Tribunal de Contas. Porque existem prefeituras que não sabem nem lançar impostos sobre serviços. A grande maioria dos municípios paranaenses não conta, nem sequer, com um engenheiro em seus quadros funcionais. Então, é importantíssima a Mensagem do Governo, é útil, é elogiável. Mas, precisa ser corrigida em determinados pontos, a fim de que este Poder não venha a se esvaziar mais do que está.

Não estou condenando o Governo do Estado, acho que o Governo está certo. Mas a Bancada do Governo não pode querer nós convencer de que está escrito o que não está escrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço os apartes tão elucidativos e vejo que assuntos dessa importância interessam aos nobres Deputados. E o assunto é importante.

E para concluir, srs. Deputados, entidade privada ou pública, mas sem perder as características fundamentais da sua funcionalidade, sem isto, sem dar à Fundação as características que ela teria, através de seu corpo administrativo, em forma de Conselho, e da sua funcionalidade que não é nem empresa estatal, que não é nem autarquia, e também, não é sociedade mista, sem isto, não teremos uma Fundação, teremos um Departamento. E vejamos que o projeto do Governo não prevê a criação do Conselho, prevê isso sim, a instituição de um organismo que tem uma sigla, em cuja sigla consta o nome “Fundação”, mas não é o nome que dá à instituição o valor que ela tem, segundo a sua organização. Essa organização só lhe dá a característica de Fundação com a instituição do Conselho, que nós pusemos da seguinte forma: um membro da Associação dos Municípios — então a vida municipal está representada; um membro da Assembléia — este Poder há de ter no seu corpo funcional ou entre os Deputados alguém que possa fazer parte do Conselho da Fundação dos Municípios do Paraná; um membro indicado pelo Governo do Estado e um Secretário Geral eleito pelo Conselho.

Assim teríamos o organismo funcionando como verdadeira Fundação.

Ainda com relação à Fundação, sobre os recursos. Uma instituição dessa natureza não pode viver de recursos oriundos do Orçamento, tem que ter mais recursos, tem que se definir para que tenha personalidade financeira e aí foi srs. Deputados, que nos lembramos da vultuosíssima importância que até hoje o Paraná não entregou aos municípios paranaenses, remanescente do artigo 20.º da Constituição de 46, cuja importância está creditada na Fazenda, no Tesouro do Estado, em favor dos municípios do Paraná, sem que essa importância até hoje tenha sido distribuída. Esses recursos virão beneficiar a vida municipalista do Paraná e trazer a essa Fundação os recursos que chegam a onze bilhões de cruzeiros antigos hoje acrescidos, naturalmente, de juros e correção monetária. Teria a Fundação recursos elevadíssimos, da ordem de aproximadamente trinta bilhões de cruzeiros antigos.

Propomos nesta Emenda que esses recursos façam parte do orçamento da Fundação, pois estão sendo usados injustamente contra os municípios do Paraná.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, gostaríamos que V. Exa. nos informasse se essa vultosa soma do artigo 20.º, que é dos municípios que V. Exa. na sua Emenda propõe que se entregue à Fundação, qual seria a forma legal que o Estado usaria para lançar mão desses recursos que não lhe pertencem, que são dos municípios para entregar à Fundação?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Há alguns ano, propusemos ao então Governador, que esses recursos, que vêm sendo usados, no nosso entender, indebitamente pelo Estado, porque pertencem aos municípios, fôsem em convênio com os municípios utilizados para a constituição de um Fundo, para importação de máquinas que seriam entregues aos municípios, na proporção da participação de cada um. Todos os municípios, naquela ocasião concordaram, porque obteriam meios receberiam equipamentos, cujo orçamento municipal, na época, não lhes permitiria a aquisição.

Creio que hoje os municípios paranaenses viriam mão desses recursos em favor de um Fundação dessa ordem, porque entenderiam eles que esses recursos viriam beneficiar a vida administrativa, uma vez que o Estado vem usando durante anos e anos, indebitamente, no meu entender, esses recursos. Seria a forma ideal, sem onerar a economia do Estado e beneficiar profundamente a economia do município uma distribuição através desta fundação com anuência evidente, dos municípios do Paraná, por isso nós teríamos na Fundação a participação dos municípios. Eu não entendo uma Fundação municipal sem a participação daqueles que diretamente são interessados que são os Municípios. Jamais teremos uma Fundação com dois diretores nomeados pelo sr. Governador do Estado, jamais teremos fundação. Teremos tudo, tudo o que se quiser, pode se dar a fachada que se quiser, o nome que se quiser, a esta coisa, mas jamais será uma Fundação.

O sr. Ivo Tomazoni — Não gostaria de voltar ao assunto. Não quero repisar. Todavia, o artigo 3.º fala do que constitui a receita da Fundação. As atividades, elas estão consubstanciadas no Artigo 4.º. Não há erro de interpretação, é lógica. Portanto, não houve má fé de minha parte, nem poderia haver. Veja V. Exa., nobre Deputado, o officio que capeou o Anteprojeto de Lei quando do envio da Mensagem a esta Casa pelo sr. Governador do Estado, ele justifica o porque de estruturar o órgão de maneira tal que ele pudesse cumprir a sua finalidade e diz mais o sr. Governador que...

O SR. NIVALDO KRÜGER — A justificativa destoa totalmente do espírito, aliás, da forma do projeto.

O sr. Ivo Tomazoni — Se V. Exa. me permite, diz ele que a adoção de personalidade jurídica da Fundação, como de direito público, teve a sua razão indicada pelas atribuições que esta fundação vai desempenhar junto aos demais órgãos também de direito público, com o município, com o Governo da União etc., e quando ele fala na não inclusão na estrutura da Fundação de qualquer conselho, curador, coordenador, deliberativo, consultivo etc., segundo o entendimento da assessoria do Governador, eu quero crer dele próprio, deveu-se ao sentido de atribuir muito maior autoridade e também, porque não, maior responsabilidade, unidade, liberdade de ação a esta Fundação, porque veja V. Exa., nós temos aqui uma Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, tem um Conselho, sempre que o Conselho toma uma atitude que qualquer conselheiro possa interpretá-la, que possa aquela atitude ferir o interesse político dele, conselheiro, cai por terra toda a estrutura da Fundação, porque ela primeiro não aceita a decisão do Diretor da Fundação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Depende da funcionalidade da estrutura.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite apenas para responder ao nobre deputado Ivo Tomazoni. Parece que S. Exa. não entendeu que as conveniências administrativas e políticas do sr. Governador tem o dom de mudar os aspectos jurídicos que cercam a constituição das Fundações, que pela explanação que V. Exa. está fazendo da Tribuna, me parece que seja

instituição de direito público, seja instituição de direito privado, a Fundação se caracteriza no sentido da existência de um Conselho.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sem Conselho não há Fundação.

O sr. Ivo Tomazoni — Eu queria significar por favor...

O sr. Sebastião Rodrigues — Então, o sr. Governador que trocasse o nome.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Estou com a palavra e queria dizer, nobre deputado Ivo Tomazoni, queria reafirmar que o sr. Governador quer é um órgão dinâmico e obediente à sua vontade, vontade no sentido administrativo, quero me referir, não tive, em qualquer oportunidade a suspeição das intenções do sr. Governador. Eu acho que as intenções dele, salvo melhor juízo, são boas, entretanto com esta instituição, tal qual ele propõe, terá o D.A.T.M. com dois elementos nomeados por S. Exa. e nunca a Fundação é exatamente isto que V. Exa. acha que não dá funcionabilidade ao órgão.

O sr. Ivo Tomazoni — Por favor, eu quero crer que entendi bem o que V. Exa. afirmou e o que os Srs. Deputados afirmaram. Deu a impressão que a assessoria do Governo não tomou o cuidado ao aspecto que V. Exa. considera, da legalidade e ilegalidade. Pelo contrário, ele faz...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Esta é a impressão que eu tenho.

O sr. Ivo Tomazoni — menção expressa a não inclusão na estrutura da Fundação deste Conselho. Faz menção expressa e se faz é porque estudou a matéria e acha que ela pode prescindir deste Conselho. Se não pudesse prescindir ele não faria a observação. Muito obrigado. Porde-me se fui descortês, não vou mais pedir aparte a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Quero dizer que V. Exa. está confundindo a questão.

O sr. Ivo Tomazoni — Eu estou ouvindo bem.

O SR. NIVALDO KRÜGER — O que nós afirmamos é que haverá fundação de direito público ou de direito privado, nós nos fixamos na linha, na escola de Eli Lopes Meirelles. Não nos situamos nesta linha. Existe uma outra linha que se situa na corrente do pensamento de que a Fundação pode ser também de direito público, ambas se caracterizam pela existência de Conselho. Na proposta, ilustre deputado Ivo Tomazoni não existe constituição de Conselho e não havendo não há Fundação. Não existe um corpo diretivo que assuma a responsabilidade de comando. A direção é do Governador pela nomeação de dois membros vinculados a uma Secretaria de Es-

A Fundação, eu me peço licença aqui, sr. Deputado, para situar o que diz o eminente professor Ely Lopes Meirelles. As Fundações não se confundem, nem se assemelham a autarquias, pois que são de personalidades jurídica, privada, autarquia é o próprio Poder Público, desmembrado em serviços autônomos com as mesmas características dos serviços estatais. Ao passo que a Fundação é organicamente, uma instituição privada, posta aos serviços da coletividade para o desempenho de certas finalidades de interesse público.

Dai, a paraestatalidade que não se confunde com a estatalidade autárquica. Eu concordo que haja fundação de direito público, são correntes de pensamentos que se entrosam, entretanto, não haverá Fundação sem Conselho, é o que eu quero deixar claro. — Quero fazer um apelo aos srs. Deputados, no sentido de se corrigir este aspecto da coisa, para não termos apenas um departamento e darmos ao Governo, isto sim, um organismo capaz de atender às finalidades a que se destina um órgão desta natureza.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O nobre deputado Ivo Tomazoni, estava tentando justificar à Casa, o que diz o Artigo 3.º e seus incisos com o Artigo 40., Parágrafo Único e seus incisos. E para provar que obras não seriam realizadas pela Fundação, porque o objetivo da fundação compreende-se no Parágrafo Único. Então veja o que diz o Inciso 9.º do Parágrafo Único.

"Obter a colaboração de técnicos da administração pública ou contratar especialistas e pessoal necessário à sua finalidade".

Isto é o Estatuto que vai dizer, nobre Deputado.

"Realizar convênios com entidades assistenciais e escolares, públicos ou privados. Público, é um princípio que existe na Fundepar, então tem que ser privados, no interesse dos municípios. Então está aqui claro, que casa muito bem, o inciso 1.º do Artigo 3.º, com o inciso 9.º, 10.º e 4.º, combinado com o Artigo 8.º. E o Estatuto da Fundação, será aprovado por Decreto do Governador, e reformado também por Decreto.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. E deixo a Tribuna na esperança de que o Líder do Governo, ao analisar a Mensagem, procure o que também nós procuramos, dar ao Governo do Paraná, ao nosso Estado, aos Municípios Paranaenses, um instrumento capaz de atender esta lacuna terrível que existe no Paraná. E hoje, há poucos dias, o Líder do Governo fez-se um apêlo o qual não pude assistir. Queira Deus tenha eu, neste instante, a inspiração de me fazer irresistível também apelando a S. Exa. que aceite esta contribuição nossa, que aceite este projeto do deputado Erondy Silvério e da nossa Bancada, que tem um único sentido, o de melhorar a Instituição, para que entreguemos ao Paraná, uma Instituição dinâmica, ampla e não um mirrado Departamento, um subordinado Departamento, mas uma Entidade à altura do Paraná, uma Entidade à altura do Governo do Paraná, uma Entidade à altura dos homens que representam o povo paranaense nesta Assembleia. Eis o apêlo que dirijo ao nobre Líder do Governo, que tenho certeza, Ss. Exas. analisarão este Projeto e aceitarão aquilo que está colocado, pois tem em vista estes objetivos elevados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença nesta Casa do sr. Wilson da Silva Cardoso, sr. Moacir Piazzetta e dr. Eliseu dos Santos, funcionários do INPS.

Sobre a mesa, convite à III Convenção Nacional, da Associação dos Fiscais e Inspetores de Previdência — ANFIP, cujo encerramento dar-se-á na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, às 20,00 horas, do dia 21 do corrente mês. A Presidência deseja convidar os srs. Deputados para participarem do encerramento desta Convenção no dia 21 do corrente mês, na Universidade do Paraná.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 133-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, no sentido de que seja determinado estudos para a implantação do serviço telefônico no município de Mandirituba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, no sentido de que seja instalada linha telefônica no município de Céu Azul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja endereçado apêlo ao sr. Diretor da Carteira de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria e Comércio e sr. Ministro dessa Pasta, no sentido de ser reexaminada a deliberação da CACEX. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de que determine

o retorno, no interior do Estado, à expedição dos exames de sanidade para motoristas. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero ser impertinente não, mas só quero dizer aos srs. Deputados o seguinte: — Este requerimento tem um sentido, o de avisar o sr. Chefe do Trânsito da situação em que está o Departamento de Trânsito no interior. Situação de carência. Faço apêlo ao sr. Líder do Governo que gestione junto ao Diretor do Departamento de Trânsito nesta Capital, para que atenda àquele órgão no interior, onde não existem impressos para fornecer o certificado de propriedade e os documentos necessários. E ainda mais, fecharam-se no interior todos os departamentos de exame de sanidade. Então, alguém que deseja tirar uma carteira de motorista tem que vir à Capital. Isto precisa ser sanado imediatamente; este é o propósito deste requerimento, avisar o Governo o que está ocorrendo.

O SR. JOÃO MANSUR — Razão porque estamos de acôrdo com V. Exa..

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDACÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 96-71;
3.ª DISCUSSÃO Q dos Projetos de Lei n.ºs: 125-71, 133-71.
Levanta-se a sessão.